

**AGRONEGÓCIO E AGROECOLOGIA: INCIDÊNCIA DE DOIS
CONCEITOS DO USO DA TERRA NO ASSENTAMENTO RURAL
PERAPUTANGA**

*Augusto César Pereira da Silva*¹

*José Carlos Leite*²

RESUMO

Este artigo analisa o modo de vida no assentamento Peraputanga, em Diamantino, Mato Grosso e as transformações das práticas e conceitos agrícolas diante de novas técnicas agroecológicas e do agronegócio envolvente. Os dois conceitos do uso da terra incidem na comunidade, em Diamantino, Mato Grosso e possuem lógicas diferentes. A elaboração de produtos agrícolas, usos da área rural e das relações sociais se diferenciam nessas visões. A comunidade Peraputanga é o que o decreto 6.040 classifica como comunidade tradicional: *um grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usa o território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição*. A comunidade coleta frutos e planta à maneira caipira, em pequenas roças de derrubadas. Com esse grupo, durante três anos, a ONG Instituto Centro de Vida realizou oficinas e plantios baseados em conceitos de agroecologia. Ao mesmo tempo o assentamento está rodeado de fazendas que seguem a cartilha do agronegócio. Seus jovens estudam em escolas urbanas ou em escolas técnicas agrícolas voltadas para o mercado de trabalho. Com este estudo busca-se conhecer as formas que os moradores da comunidade usaram para dar sentido às suas práticas diante dos novos

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (PPG ECCO/UFMT). E-mail: augusto.comuni@gmail.com.

² Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (PPG ECCO/UFMT). E-mail: j.leite@uol.com.br.

conhecimentos.

Palavras-chave: Agroecologia. Agronegócio. Conhecimento tradicional

ABSTRACT

This article examines the knowledge of natural resource management in the settlement Peraputanga, in Diamantino, Mato Grosso, Brazil, and risks to its reproduction with the agribusiness on neighborhood. Two concepts of land use affect the community in Diamantino, Mato Grosso: agroecology and agribusiness, which have different logics. The development of agricultural products, rural uses and social relations are different in these visions. The community Peraputanga is, according to Brazilian laws, a traditional community: a group culturally different and it is recognized as such, which have their own forms of social organization, occupy and use the land and natural resources as a condition for their cultural, social, religious, ancestral and economic, using knowledge, innovations and practices generated and transmitted by tradition. The community gathering fruit and plant the traditional agriculture way, in small fields. With this group, for 3 years, the NGO Instituto Centro de Vida held workshops and plantings based on concepts of agroecology. The workshops happen with the settlement surrounded by agribusiness farms. His youth studying in urban schools or technical agribusiness schools. This article tries to understand the ways that community residents used to give meaning to their practices in response to new knowledge.

Keywords: Ecology. Agribusiness. Traditional knowledge.

INTRODUÇÃO

O texto que segue trata do modo de vida tradicional e as transformações no Assentamento Peraputanga, em Diamantino, Mato Grosso e é resultado das primeiras impressões de uma pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO – da UFMT. A partir de uma descrição inicial serão analisadas as transformações que o conhecimento e práticas rurais sofrem ao se aproximarem e relacionarem com o agronegócio envolvente.

Ao mesmo tempo em que as práticas dominantes de agricultura tendem a homogeneizar o meio rural, os moradores do Assentamento Peraputanga conhecem técnicas agroecológicas que valorizam a diversidade de conhecimentos, de produção agrícola e a variedade biológica. A agroecologia chegou à comunidade através de publicações que buscavam estimular práticas

produtivas de baixo impacto ecossistêmico para agricultores familiares. Parte dessas publicações foram desenvolvidas pelo Instituto Centro de Vida (ICV) onde trabalhou o autor deste artigo. Com essa comunidade e mais três da bacia do rio Paraguai, o ICV criou um calendário com as datas importantes para essas comunidades.

O Instituto Centro de Vida desenvolveu na região das cabeceiras do rio Paraguai em Mato Grosso, ações de recuperação demonstrativa de matas ciliares com experimentos agroflorestais. No município de Diamantino e Alto Paraguai estão as nascentes do rio Paraguai. O ICV fomentou experiências de recuperação de matas ciliares em três assentamentos. As matas ciliares, ou matas de galeria são Áreas de Preservação Permanente, protegidas por lei:

[...] área protegida nos termos dos arts. 2o e 3o desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; (Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012).

Para recuperar as nascentes as comunidades assentadas foram envolvidas e convidadas a planejar juntas. As reuniões aconteceram com lideranças de assentamentos em Nortelândia, Alto Paraguai e Diamantino. Depois disso, cada representante conversou com as pessoas de sua comunidade, que aceitaram o trabalho em parceria com o ICV. Nessas localidades aconteceram atividades de recuperação da vegetação nativa estimuladas pela ONG. Cursos e oficinas intencionaram fortalecer as lideranças da Bacia do Alto Paraguai e identificar potencialidades econômicas.

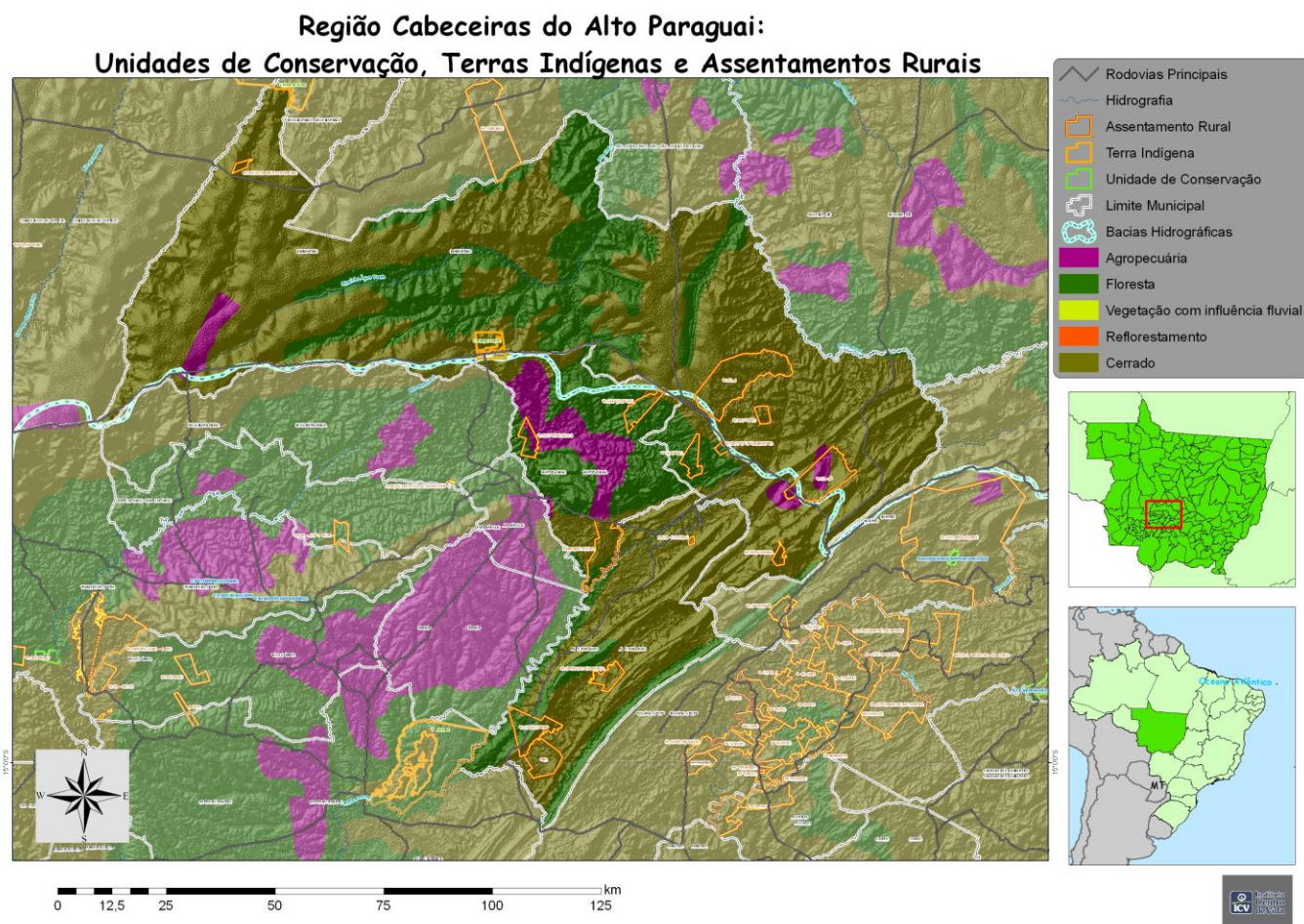
O Instituto Centro de Vida é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, fundada em 1991. Tem sede em Cuiabá, Mato Grosso e atua nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal. O ICV descreve assim a sua missão: *promover a sustentabilidade e a qualidade de vida através de estudos e ações que favoreçam a conservação ambiental, o fortalecimento da cidadania e a harmonia entre sociedade e natureza*. Augusto trabalhou com o ICV de 2007 a 2010 realizando assessoria de comunicação e produtos de comunicação dirigidos para comunidades rurais.

A região

O Projeto de Assentamento Peraputanga se localiza num divisor de águas. Segundo o analista ambiental do ICV, Rodrigo Marcelino, o rio Paraguai nasce ao norte, já fora da área da Peraputanga. As nascentes do rio Peraputanga e do Paraguai nascem a uma pequena distância uma

da outra, mas devido aos caprichos do relevo encontram-se muitos quilômetros depois. Uma elevação montanhosa separa a área das nascentes do Paraguai da comunidade em estudo. Por causa

Figura 1 – Região Cabeceiras do Alto Paraguai: Unidades de Conservação, Terras Indígenas e



Assentamentos Rurais.

Fonte: Instituto Centro de Vida (2007).

desse relevo as águas do rio Peraputanga, que dá nome à comunidade, correm para o rio Cuiabá. O Cuiabá deságua no rio São Lourenço e este no Rio Paraguai, já no Pantanal. O Rio Paraguai é importante para o Brasil e para os países que banha: a Bolívia e o Paraguai. Em tempos de expansão colonial, serviu de entrada para a navegação e penetração no centro da América do Sul (FERREIRA 2011).

O rio é o mais importante do Pantanal e nasce no município de Diamantino. Suas nascentes se espalham por Alto Paraguai e Nortelândia. Nasce de veredas e não de um único ponto, como uma fonte. Essas nascentes formam o rio Paraguai e o fazem tomar corpo. Toda essa área é importante porque é dela que minam as águas que vão para a bacia do rio Paraguai e também para a bacia Amazônica. A região também é conhecida por ser o divisor de águas das bacias referidas.

O rio Cuiabá localiza-se na margem esquerda do Rio Paraguai, na porção central da América do Sul. Sua bacia está compreendida entre 14° e 17° de Lat. Sul e 53° e 57°50' de Long. W., drenando uma área estimada de 100.000 km², o que significa cerca de 20% da bacia do Alto Paraguai. Da cabeceira à foz, abrange cerca de 828 Km, percorridos em sua maior extensão na direção Norte-Sul, mudando para Leste-Oeste, no curso inferior (SILVA; FERNANDES, 1995, p. 19).

Diamantino está numa região de vegetação com características do Cerrado, com algumas espécies do bioma Amazônico. O cerrado é formado pelo conjunto de formações vegetais de aspectos e fisionomia variáveis, principalmente de árvores baixas e retorcidas. Conforme Mário Guimarães Ferri “em sentido genérico, o cerrado é um grupo de formas de vegetação que se apresenta segundo um gradiente de biomassa”. O Cerrado ocupa originariamente cerca de um quarto do território brasileiro. Para o geógrafo Aziz Ab’Sáber,

[...] o domínio dos cerrados, em sua região nuclear, ocupa predominantemente maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies aplainadas de cimeira, e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados em níveis que variam entre 300 e 1.700 metros de altitude. (AB’SÁBER, 1981)

No entorno da Peraputanga encontra-se predominantemente a pecuária de gado. No entanto, é crescente a área de agricultura mecanizada de sorgo, milho e soja nas fazendas de Diamantino. Tangará da Serra é um município onde o agronegócio, mecanizado e encadeado com as *trades* de distribuição, está bem consolidado e se localiza a 143 quilômetros de Diamantino. O modelo de desenvolvimento de Lucas do Rio Verde e Sorriso, cidades de economia baseada na agricultura mecanizada, é considerado o ideal para o atual governador do Estado de Mato Grosso.

Em entrevista cedida à imprensa, durante a realização do VI Congresso Brasileiro de Soja, tive a oportunidade, como assessor de imprensa, de perguntar ao governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, se o sistema de produção de desenvolvimento de Lucas do Rio Verde e Sorriso é o modelo de referência para todo o estado. “Não só para Mato Grosso como para todo o Brasil, tenho certeza de que temos as melhores soluções para os problemas da agricultura brasileira”, disse o governador. Os municípios considerados “modelo de produção” de se localizam a 214 e 277 quilômetros de Diamantino, respectivamente. Essas distâncias são consideradas pequenas, atualmente em Mato Grosso.

O Assentamento Peraputanga

O grupo de famílias do assentamento em tela, que aqui estaremos denominando de “comunidade”, começou de um jeito bem diferente. Euzébio Lopes de Macedo, nascido em Nobres em 1910 e falecido em 1988, em Diamantino, comprou a fazenda Peraputanga há 72 anos. Euzébio era vaqueiro de gado “alongado”, ou seja, de gado que vive em espaço não delimitado, sem cerca, em que as reses misturavam-se entre si e com as de outros fazendeiros penetrando em meio ao Cerrado ou à capoeira. Euzébio, em 1932, mudou-se para a Fazenda Forquilha, em Diamantino, de propriedade de Marcílio Garcês.

Seus filhos contam que Euzébio participou da repressão à Revolta de 1932, tendo lutado na região de Ponta Porã, contra milícias fugitivas da repressão em São Paulo. Voltando à Forquilha, casou com Romana Maria, também natural deste município. Ainda na fazenda Forquilha, tiveram 3 filhos. Em 1940 Euzébio comprou a fazenda Peraputanga, de 333 hectares (um hectare é a área de 100 metros por 100 metros) no município de Diamantino. Já havia ali construções antigas e um sistema de abastecimento de água muito eficiente creditado ao trabalho dos escravos que lá viveram. Foram, ainda nesta década, ali encontradas algemas, bolas de ferro e outros objetos que indicam não somente pessoas vivendo na condição de escravatura, mas também na condição de encarcerados.

Na Peraputanga foi onde Euzébio e Romana criaram os filhos, 7 homens e 4 mulheres (Antônio, João, Teobaldo, Renato, José, Dora, Aristides, Maria, Plínia, Umiliana e Euzébio). Os filhos deles também tiveram filhos e netos. Os irmãos Macedo, filhos de Euzébio, moram na vila familiar, uma clareira na mata com casas, aparentemente, dispostas de forma aleatória, mas ligadas pelo canal artificial que abastece os lares. Num olhar mais atento percebe-se que a disposição das casas tende à forma circular. No entorno da vila estão as roças de banana e mandioca. O Incra costuma criar um espaço adensado de habitação chamado de agrovila. Depois que a comunidade foi transformada em assentamento os moradores também passaram a se referir à área de ocupação adensada, como agrovila.

Na forma tradicional de vida rural da Peraputanga toda a família trabalhava nas tarefas domésticas ou agrárias. Eram muitas a fazer todos os dias, já que toda a comida era produzida na própria fazenda. “Só comprávamos o sal, porque até o açúcar era feito aqui” afirma Plínia Macedo, filha de Euzébio. Seu Antu (Antônio Lopes de Macedo), também filho de Euzébio e Romana, conta que cultivam nas matas até hoje. “Fazemos roça de toco, a mata não atrapalha nada”. A forma de fazer a roça assemelha-se a dos Bororo, povo indígena da região. “O território tradicional de ocupação Bororo atingia a Bolívia, a oeste; o centro sul de Goiás, ao leste; as margens da região dos formadores do Rio Xingu, ao norte; e, ao sul, chegava até as proximidades do Rio Miranda” (NOVAES, 1986).

Nesse modo de roçado, é queimado um pedaço da mata e os agricultores plantam entre os tocos queimados, aproveitando as cinzas e matéria em decomposição como aditivos de fertilidade do solo (ANDRADE, 2003). Entre os Bororo “os homens realizam a maior parte do trabalho na roça: derrubada, queimada e capinagem, enquanto as mulheres só ajudam no plantio e na colheita” (NOVAES,1986). A herança Bororo parece se fazer presente no assentamento, conforme aponta o relato de Renato Lopes de Macedo, um dos 7 filhos masculinos de Euzébio e Romana, ao retratar o modo como processava a colheita do feijão “nós batia o feijão num compasso só, quando batia o pé batia a vara, igual a índio”.

A floresta é importante fonte de matéria orgânica para a roça, da forma que é praticada na comunidade, dada à rusticidade das condições técnicas de que dispõem, o cultivo em áreas de floresta é mais fácil que em áreas de campo aberto. Também é retirada da mata e das águas, através da caça e da pesca, parte importante da proteína animal consumida (ANDRADE, 2003).

Outra herança indígena pode ser imputada ao trabalho coletivo que se dava na forma de mutirão conforme apontado por Euzébio Filho, o mais novo dos irmãos. Ele conta que já houve tempos de grandes roças de arroz, onde o trabalho de todos possibilitava “tirar quarenta sacas de arroz de uma só roça”, em um único dia. O arroz era estocado para o consumo da família no restante do ano. A forma de estocagem compreendia uma grande cesta quadrada onde os grãos eram dispostos em camadas alternadas com folhas de bananeira e cinza. Dessa forma evitavam o caruncho.

Até o início do século XX Diamantino era a cidade mais ao norte de Mato Grosso, a ocupação mais extrema antes do território dos Paresi (IBGE, 2010). A pequena cidade que se instalou nas colinas que margeiam a baixada Cuiabana, ainda no século XVIII, surgiu do garimpo de diamante e ouro. Em 1728 Gabriel Antunes Maciel, bandeirante sorocabano, encontrou ouro num curso d'água que passou a se chamar Ribeirão do Ouro. Mais tarde, com a descoberta de diamantes, a localidade passou a ser chamada de Alto Paraguai Diamantino. Em 1820 foi elevado à categoria de vila.

Em 1825, o distrito já contava com uma população de 6077 habitantes, sendo 1095 brancos, 1266 pardos e 3716 pretos. Do total de 2547 eram livres e 3530 eram escravos. (...) O decréscimo da produção aurífera, epidemias, fugas continuadas de escravos, marcaram o início da decadência de Diamantino. De 1826 a 1850, o despovoamento da região foi marcante. Em 1852, surge uma tentativa frustrada de mineração da “Sociedade de Mineração de Mato Grosso”, fundada no Rio de Janeiro, com vultoso capital e aparelhamento moderno. (IBGE, 2010)

A colonização do estado também foi tardia. Iniciada pouco antes da fundação de

Diamantino, a povoação de Mato Grosso se deu no início do século XVIII com o movimento bandeirante que descobriu as minas de ouro nos Rios Coxipó e Cuiabá. Para firmar este território como seu, a Coroa Portuguesa desmembrou as minas cuiabanas da Capitania de São Paulo, fundando a Capitania de Mato Grosso. A missão da nova capitania era guardar a fronteira oeste do Brasil, pois o Tratado de Madri, baseado na posse pelo uso já estava sendo negociado.

No final do século XVIII as minas se enfraqueceram levando mineiros, fazendeiros e comerciantes a praticar atividades produtivas diversificadas. No ano da proclamação da república, 1889, a economia era baseada na atividade agropecuária (pecuária, cana-de-açúcar e extrativismo). Muitas usinas de açúcar surgiram às margens dos rios Cuiabá e Paraguai, produzindo açúcar, aguardente e álcool. Com a extração da borracha em evidência as terras ao norte foram se valorizando e grandes latifúndios se formando nas mãos de seringalistas. Também contribuiu para isso a extração da poaia (LAMERA, 2008).

Em todo o entorno da cidade, em cada curso d'água, encontravam-se garimpeiros e suas bateias. Houve ciclos de prosperidade e de evasão populacional em Diamantino, causados principalmente por mudanças nas resoluções sobre mineração por parte do Estado. Durante as oscilações econômicas, parte da população atraída pelo garimpo migrou para as proximidades vivendo da produção rural de subsistência. Essa é a possível origem da família Macedo.

Diamantino permaneceu pouco mais que uma corrutela, como disseram Antu e João Bocage, até os anos de 1950, quando chegaram as bombas de água a motor. Com a modificação da técnica a quantidade de terra removida aumentou muito e com isso a chance de encontrar os minérios. Assim Diamantino cresceu e atraiu mais pessoas da Baixada Cuiabana e das áreas rurais de seu entorno. O município de Diamantino se estendia por todo o norte do estado de Mato Grosso. Com a migração dos anos de 1970 e 1980 as empresas colonizadoras lotearam terras na região norte de Mato Grosso. Para viabilizar essa colonização foram construídas estradas que buscavam ocupar os chamados “vazios demográficos”. As BRs 364 e 163 nasceram desse empenho e facilitaram o deslocamento para regiões onde somente era possível chegar por vias fluviais. A nova colonização mudou o papel de Diamantino na região. Ele foi desmembrado em dezenas de outros municípios. (BARROZO, 2007).

Os sete filhos homens de Euzébio e Romana tiveram passagens nos garimpos de Alto Paraguai e Diamantino. O tempo de permanência de cada um no garimpo foi variado. Houve momentos em que apenas um dos homens estava na Peraputanga. Tide (Aristides Macedo), o penúltimo filho, contou que ficou sobrecarregado de tarefas enquanto os irmãos estavam no garimpo. As roças diminuíram, mas ainda assim, seu pai mantinha “camaradas” pagos para a

colheita e o plantio.

Durante muito tempo, como aponta Antônio Cândido em *Os Parceiros do Rio Bonito*, a pecuária acontecia sem cerca e sem pasto plantado. O gado pastava o capim nascido nas derrubadas da mata ou o pasto nativo do Cerrado. Sem cerca, a forma de certificar o proprietário de um animal era a marca das iniciais, feita em ferro quente. Ou isso ou a palmatória: um furo na orelha do animal com a forma do objeto. Para laçar, o vaqueiro precisava de velocidade e habilidade. Os meninos treinavam o laço desde pequenos em tocos de árvore, depois em bezerros. Quando tinham tamanho suficiente, perto dos 8 anos de idade, começavam a ajudar. Com o gado “alongado”, o cuidado se resumia em cuidar de vacas que iam se reproduzindo, em trazer as lactentes para perto da casa e capturar outras para a venda ou abate.

A carne de gado era manteada, salgada e fazia aquelas “varalzadas” de carne. Quando manteava um boi manteava toda carne. Minha avó e meu avô sabiam destrinchar aquilo, que quando matava e esfolava, já ia tirando uma manta de carne que chamavam de manta grande. Fazia um tendal pra fora e secava as carnes no Sol. Depois de enxugar, traziam pra dentro e continuava pendurada. Naquele tempo não tinha as moscas que têm hoje, as varejeiras. Secava as carnes e ficava toda a vida sem ter essas coisas. O porco, nosso pai engordava os capadão grande. Era mais de um palmo só de toucinho. Botava em latão de querosene, enchia de carne com banha. Tampava ela e a banha ficava em cima da carne. Podia ficar ali e tirava pra esquentar e comer (ANTU).

A fazenda era caminho de tropeiros que, saindo de Cuiabá, levavam mercadorias para Diamantino. Também era passagem de mascates que ofereciam tecidos, panelas de alumínio, ferramentas e outros objetos que a família não conseguia produzir. Comitivas de boiada eram as visitas mais frequentes. Estes pousavam na vila que hoje é formada pelas casas da família que descendem de Euzébio e Romana Macedo.

Os acampamentos eram curtos, duravam do fim de tarde até a manhã seguinte. Lá jantavam e faziam o desjejum matinal, com café feito no fogo de chão. Geralmente oito homens compunham uma comitiva de boiada, cada um com sua função. O ponteiro era o peão com mais experiência e ia à frente da boiada, indicando o caminho e tocando o berrante. Na corneta feita de chifres eram tocados diversos sinais que podiam servir para acalmar a boiada, indicar aceleração ou parada. Nas laterais iam os rebatedores, impedindo que o gado se espalhasse para os lados. Os peões de culatra tocavam a boiada pela retaguarda e alguns desses ainda buscavam as reses mais lentas, com dificuldade de andar ou com bezerros pequenos.

Durante o pouso na comunidade nada era cobrado. Os homens armavam acampamento em

redes e comiam da comida das casas. Rara vez se deixava um agrado de troca. “Era até feio falar em dinheiro, receber bem era uma satisfação” conta Renato Lopes de Macedo, de 71 anos. “Se ouvia de longe o berrante, a meninada corria toda pra acompanhar a comitiva. Os mais velhos esperavam chegar à frente da casa pros vaqueiros contarem as novidades”.

As festividades eram outra rotina da comunidade. Uma recorrente era a Festa do Divino que costumava acontecer em maio na localidade de Peraputanga e se prolongava por dias, até que todas as comunidades rurais fossem visitadas pelos brincantes do Divino. A fazenda Forquilha é vizinha da Peraputanga e também continha um grande número de moradores. De fato, várias sedes de fazendas eram constituídas da casa principal, a capela, casas de parentes (avós, tios, primos, sogros) e casas de “camaradas”. A população do entorno de Diamantino era mais distribuída que hoje em dia. Por isso, era possível aos brincantes da Festa do Divino circular pelas fazendas pedindo oferendas e alimento. A distância entre as sedes de fazenda permitia o deslocamento a pé, com a duração de até meio dia de caminhada. Somente com a descrição dos personagens em trânsito foi possível compreender o entorno da comunidade Peraputanga nessa fase, antes das cercas.

Reforma agrária

Nas cabeceiras do rio Paraguai, segundo o superintendente Regional do Inbra, Valdir Barranco, em entrevista por telefone, os assentamentos têm em média 25 anos. Em Diamantino, o assentamento Caeté conta com lotes de 50 hectares e Peraputanga com de 105 hectares. O nascimento do Inbra em Mato Grosso é marcado pelas concessões da colonização da reforma agrária. O papel de ocupar o estado foi repassado a empresas provadas, as colonizadoras.

Nas décadas de 1970 e 1980 foram implantados 88 projetos de colonização por 33 empresas que se cadastraram junto ao INCRA. Foram ocupados 3,25 milhões de hectares por aproximadamente 20.000 famílias de colonos, a grande maioria vindas do Sul do Brasil e em geral adquiriam lotes maiores de 100 hectares. Neste processo muitas comunidades indígenas foram dizimadas e deu-se origem a muitos novos municípios. Em 1970 o estado tinha apenas 34 municípios, este número era de 95 em 1990. (LAREDA, 2008).

Segundo Gislaene Moreno (2007) a história das titulações agrárias e posse de terras em Mato Grosso foi marcada por políticas que favoreceram os grandes proprietários. "Após o fim da era Vargas, em 1947 assume Mato Grosso o governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, que buscou por em prática o sistema de colonização intermediado por empresas particulares" (MORENO 2007). Com a criação do Inbra, no ano de 1970, muitas áreas do estado de Mato Grosso foram passadas para o domínio federal, tendo o Inbra sob seu domínio mais de 60% das terras mato-grossenses.

Este órgão passou a ser o responsável pelas terras devolutas e a dar destinos às mesmas segundo as diretrizes do Estatuto da Terra. Promoveu-se a distribuição de terras para colonização oficial e particular, todas as estratégias de colonização faziam parte da estratégia de povoação da Amazônia.

O principal instrumento do Incra para reforma agrária foi a regularização fundiária. Foram expedidos muitos títulos definitivos e licenças de ocupação. Em 1986 com a criação dos programas de reforma agrária nacional e regional observou-se o fim das regularizações fundiárias, que vinham ocorrendo de forma desenfreada e beneficiando grandes proprietários rurais, e o acontecimento das primeiras desapropriações de terras. Até então, a colonização e reforma agrária aconteciam somente em terras públicas (LAREDA, 2008).

Quando famílias são assentadas o Incra cria um Projeto de Assentamento que só deve ser consolidado depois de averiguada a permanência dos agricultores e a sua viabilidade econômica. Quando assentadas as famílias devem receber o título de posse do lote da reforma agrária, depois de consolidado o assentamento, as famílias devem receber o título de propriedade. Juridicamente, no Brasil, “posse” denota direito de uso e ocupação, alguém só é dono de um imóvel se tiver a “propriedade” deste.

Transformações

Pode-se dizer que o modo de vida descrito até aqui, sobre os camponeses da Peraputanga, sofria mudanças muito mais lentas se comparadas as que começarão a ser descritas a partir de agora. Essa época de papéis sociais bem marcados, definidos por gêneros e costumes, que vamos chamar de período tradicional, vai sofrer muitas mudanças ou transformações no início dos anos 1970, com a instalação das cercas de arame. Tais cercas mudaram a geografia, o uso da terra e as relações entre as famílias.

Antes das cercas não havia a preocupação com o pasto, o gado circulava solto, se alimentando de arbustos, frutas e das gramíneas nativas do Cerrado. O trabalho no campo, a lida com o gado, não é um trabalho individual, necessita de um grupo de homens para cercar os animais, para conduzir os animais ao destino, que trabalhem de forma coordenada e imbuídos do sentimento cooperativo. A lida com o gado era de responsabilidade e domínio dos homens. Somente a ordenha e os serviços que a envolvem (apartar os bezerros das mães, limpar baldes, amarrar pernas das vacas) eram compartilhados entre homens e mulheres. Os homens montavam os cavalos, perseguiram os bois e os laçavam para o abate. Com a área de permanência do gado definida pelos obstáculos, cada dono precisou suprir com a pastagem que bastasse para seu rebanho, dispensando a maior parte do trabalho a cavalo.

Com as cercas e o pasto plantado, a responsabilidade de providenciar alimento para gado passou a ser do dono da terra. As comitivas foram escasseando até não existir mais. O transporte

passou a ser feito em caminhões de gado, eliminando um ritual agradável aos moradores que era receber os vaqueiros.

As cercas não só mudaram a lida com o gado, mas promoveram a divisão da fazenda entre os irmãos. Foram definidas as áreas de posse dos que trabalhavam da terra. Antu e João Bocage, os mais velhos, moravam na cidade de Diamantino e por isso não estavam incluídos na partilha no primeiro momento. A vacada das fazendas em volta misturava-se, sendo diferenciada somente pelo couro marcado a ferro. Com as cercas, cada irmão passou a ter um número definido de cabeças de gado. O rebanho da fazenda era um só, mas a partir da nova configuração, nem as reses dos irmãos pastavam no mesmo pasto.

Nos anos 70 os primeiros netos de Euzébio e Romana passaram da idade escolar do chamado ensino básico para o segundo grau, hoje ensino médio. A maioria deles foi estudar nas cidades, alguns deles formaram-se técnicos agrícolas. As netas casaram com homens das cidades e por isso também foram embora da comunidade. Ao chegar à vida adulta, a segunda geração da família Macedo já havia abandonado a fazenda, hoje Assentamento Peraputanga. Restaram Euzébio e Romana, os seus filhos com os cônjuges. Somente um neto retornou, Luiz, que estudou técnica agrícola no início da década de 1980. Luiz tem 43 anos, é filho de Antu que tem 80 anos, o mais velho dos filhos do casal pioneiro. Luiz é uma referência na organização da comunidade e também traz algumas respostas sobre o futuro da Peraputanga, enquanto comunidade.

Ainda nos anos 80, com a posse da Peraputanga sendo contestada por grileiros, o Incra reconheceu a posse das famílias residentes. Mas na ausência de documentos que legitimassem a posse, decidiu transformar a fazenda Peraputanga em Projeto de Assentamento e garantiu o direito à terra em que cresceram. Essa foi uma solução para a ausência de documentação da posse. Solução que também importou muito problemas, pois a partir desse momento, cada um dos irmãos tinha um lote com matrícula em seu nome. A divisão causada pelas cercas foi documentada oficialmente pelo Incra.

Nas décadas de 1970 e 1980 foram implantados 88 projetos de colonização por 33 empresas que se cadastraram junto ao INCRA. Foram ocupados 3,25 milhões de hectares por aproximadamente 20.000 famílias de colonos, a grande maioria vindas do Sul do Brasil e em geral adquiriam lotes maiores de 100 hectares. Neste processo muitas comunidades indígenas foram dizimadas e deu-se origem a muitos novos municípios. Em 1970 o estado tinha apenas 34 municípios, este número era de 95 em 1990 (LAMERA, 2008).

A iluminação de lamparinas de querosene chegou ao fim em 1985, quando a rede elétrica foi estendida à comunidade. Não havia programas de eletrificação rural naquele ano, nem no nível federal nem no estadual. A Peraputanga foi beneficiada por um conhecido, compadre de Antu, que

trabalhava na Companhia Elétrica do Estado de Mato Grosso (Cemat). Com a eletricidade, as técnicas de conservação de carne não eram mais necessárias. Foram comprados *freezers* e, em pouco tempo, em todas as casas podia-se contar com produtos congelados.

Quase dez anos após a transformação da fazenda em Projeto de Assentamento, em 2006, o Incra liberou o recurso para a construção das casas contidas no Pronaf Habitação (Programa Nacional da Agricultura Familiar, modalidade Habitação). Atualmente todas as casas são de alvenaria. Há apenas uma casa construída na forma tradicional, a taipa.

As moradias eram construídas com uma técnica que dava total autonomia para a comunidade. Para construir uma casa era necessário o conhecimento e recursos naturais disponíveis. Como disse Plínia Macedo, “meu pai com minha mãe só não faziam sal e ferragens”. Era possível construir uma casa desde que houvesse alimento e ferramentas simples. Com facão, picareta e enxada Euzébio e seus filhos eram capazes de construir uma casa em quatro dias. Os pregos e dobradiças eram tecnologias que nem sempre estavam disponíveis. Por isso, era de praxe aprender os encaixes da madeira, os nós do cipó e o trançado das palhas. Para as casas utilizavam uma técnica popularizada como pau-a-pique. Uma estrutura feita de madeira, com cobertura de palha de palmeira; para o perímetro e divisórias internas se entrecruzavam madeiras que eram amaradas com cipós os quais se prendiam à estrutura mais sólida. E para vedar de vez as divisórias e o perímetro da casa se preenchia com barro os espaços que restaram da madeira cruzada. Tudo revestido com barro e palha, estava a casa protegida das intempéries.

Nesse processo de transformações um fator colaborou muito com a transformação de produtores em compradores: a vivência dos filhos de Euzébio e Romana nos garimpos. Desde a adolescência os homens se lançaram à busca de ouro e de diamante, experimentaram a recompensa em dinheiro pelo trabalho realizado. “Com dinheiro você faz o que quiser”, diz Antu, que dentre os irmãos, esteve mais tempo nos garimpos. Essa passagem faz parecer irreversível ao modo de vida tradicional da Peraputanga. O garimpo trouxe muitas vantagens econômicas e a possibilidade de comprar produtos que eram inalcançáveis para os agricultores.

Quando o Projeto de Assentamento foi implantado, chegaram à comunidade os pacotes de desenvolvimento agrícola trazidos pelo Incra e instituições de desenvolvimento rural parceiras. Em 1986 agrônomos da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, hoje Empaer - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural) levaram à comunidade as técnicas de produção de arroz em larga escala. Renato Macedo disse que “ensinaram a plantar tudo de carreirinha reta, não podia sair da linha”. O método contrastava com o da roça de arroz tradicional, que dá voltas em tocos de árvore e se adapta às curvas do terreno. Como outras técnicas, essa foi aprendida, mas caiu em desuso pela necessidade da compra de insumos. Os assentamentos em Mato Grosso recebem o constante assédio do agronegócio. Mesmo que não haja a proposta

direta dos empresários do agronegócio existem as capacitações, realizadas pelo Estado, dirigidas para o mercado de trabalho no agronegócio.

Em 2003 agrônomos da empresa Bio Auto e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantino procuraram a comunidade com uma proposta: plantar pinhão manso para a produção de biodiesel. Foi apresentado um plano de fornecimento das sementes e compra da produção que agradou a todos. A área para plantio foi aberta e gradeada pela empresa. A Associação assinou o contrato e a comunidade, em mutirão plantou 60 hectares de pinhão manso. Mas o negócio se mostrou um grande engodo. Aristides Macedo disse que além do prejuízo financeiro ainda ficaram sem a capoeira alta que cobria a área. A vegetação é um fator importante na adubação do solo para a agricultura cabocla. Arrependida do negócio, a comunidade decidiu não fazer mais parcerias comerciais.

Não é somente o prejuízo o motivador dessa desistência de investimentos. Os filhos de Euzébio e Romana já estão aposentados como agricultores e recebem a pensão da Previdência Social. Dessa forma, a renda básica já está garantida. Ainda fazem pequenas roças que garantem mandioca, abóbora, banana e outros frutos e recentemente, em 2007, foram construídos tanques de peixe pela Secretaria Municipal de Agricultura. O objetivo da construção dos tanques era proporcionar mais uma fonte de renda com a venda de três espécies de peixe (tambacu, pintado e pacu) fornecidas pela Embrapa, em forma de alevinos. Apesar da instalação dos tanques ter acontecido com sucesso, a manutenção não foi satisfatória porque o manejo da piscicultura requer disciplina e observação para que o empreendimento seja lucrativo. Essa disciplina exigiu da comunidade uma nova rotina, como isso não aconteceu, a produção não tem sido suficiente para garantir lucro. Os tanques têm servido à comunidade como as roças, fornecendo alimento à medida da necessidade.

Tendências abissais

Boaventura de Souza Santos chama a atenção para um fato: o pensamento hegemônico ocidental, ao longo dos séculos, tem sido o desenvolvido no Mediterrâneo ou a partir das filosofias mediterrâneas. Em seu texto *“Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”* Boaventura defende que o que não pode ser assimilado ou descrito a partir dos paradigmas mediterrâneos tem sido jogado ao abismo. Como diz o autor “o pensamento moderno é um pensamento abissal”. Essas epistemologias criam linhas invisíveis, mas claras, sobre o que é deste lado da linha e o que é não é. O que está do outro lado da linha não precisa de compreensão, desaparece da realidade compreensível, surge como exótico ou “folclórico”.

Isso explica o desafio apresentado pelo agronegócio:

Há sem dúvida também um problema cultural emperrando avanços concretos na direção do agronegócio, embora o conceito já esteja disseminado e entendido. É a velha esperança de que o governo resolva a questão da renda com algum tipo de intervenção. Já não há mais esta chance. As diversas cadeias produtivas precisam se articular para resolver seus dramas para oferecer ao consumidor produtos de qualidade a preços compatíveis com a sustentabilidade das atividades produtivas (PADILHA JÚNIOR, 2004).

Diante do pensamento abissal não é possível a uma ideia existir dos lados da linha. O conhecimento oficial e o Direito são as manifestações mais definidoras de linhas abissais. Apesar de distintas e diferenciadas são mutuamente apoiadas. O Direito e o progresso científico não dão espaço para a validade da agricultura familiar, ainda menos à agricultura cabocla. “Já não há mais esta chance” nem para iniciativas governamentais de resguardar esse modo de vida.

É ao pensamento abissal representado pelo agronegócio que o governo federal tem feitos as maiores concessões de poder, de dinheiro, de espaço físico: “[...] a modernidade ocidental como um paradigma fundado na tensão entre a regulação e a emancipação social. Esta distinção visível fundamenta todos os conflitos modernos, tanto no relativo a factos substantivos como no plano dos procedimentos” (SANTOS, 2007).

Esta distinção invisível está na diferença entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. Os conhecimentos populares, indígenas, a agricultura familiar estão contidas do outro lado da linha. O pensamento abissal tende a fazê-los desaparecer como conhecimentos relevantes. Esses se encontram fora do conjunto verificável como verdadeiro ou falso. Do outro lado da linha, não há conhecimento reconhecido; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos. Quando muito, esses conhecimentos tornam-se objeto de pesquisa.

Para o Direito o lado iluminado da linha é o legal. “O legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei”, por isso, para profissionais do direito a lei jurídica deve ser tão implacável quanto uma lei da física (ocidental). “Esta dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos.”

Do outro lado da linha localizam-se uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa. Na origem das linhas abissais existiu uma localização territorial e esta coincidiu historicamente com um território social específico: a zona colonial. A nova linha territorial tem separado o rural e o urbano, ou o rural urbanizado. As cercas foram parte fundamental no processo de divisão e reclassificação, de acordo com o Direito e as formas de produção do pensamento abissal.

O caminho da Peraputanga

Os biomas brasileiros, palco de sérios conflitos agrários, compõem um mosaico de biodiversidade do globo que estão no centro das discussões mundiais sobre mudanças climáticas. O Cerrado foi sempre uma região “dominada”, pensada de fora e objeto permanente de projetos de inspiração colonialista. As alternativas de desenvolvimento buscadas pela Peraputanga são um conjunto de medidas adotadas para colocar em execução projetos de reconhecimento do “saber nativo” e manutenção do que uma corrente econômica do ambientalismo chama de serviços ambientais. Essa é a linha de atuação de ONGs, de alguns setores governamentais e muitas vezes, esse é o propósito autônomo de algumas comunidades. Compreendem experiências concretas de cooperação, que tanto envolvem manejo, quanto processamento e transformação de matérias primas. Tais experiências sempre consideradas “artesaniais, pré-industriais ou limitadas”, não obstante sua eficácia, até então não tiveram condições históricas de ganhar corpo.

Aliás, a função geral da oposição entre “natureza” e “civilização”, co-extensiva à nossa maneira usual de pensar, expressa tão somente a consciência que as metrópoles coloniais têm de si mesmas. Ela resume tudo aquilo em que a sociedade ocidental dos últimos três séculos se julga superior a sociedades consideradas “mais primitivas”, “atrasadas”, “selvagens” ou ágrafas, tudo aquilo em que as sociedades industriais e urbanas se julgam superiores às “populações nativas” consideradas características das florestas úmidas e tropicais (ALMEIDA, 2004).

Ao me reaproximar da Peraputanga encontrei o ICV retornando com atividades à comunidade. Perguntados sobre parceiros institucionais, todos citaram a organização não governamental como a principal. O biólogo Rodrigo Marcelino, um dos coordenadores do projeto, desenvolveu no assentamento Peraputanga, uma oficina de mapeamento cultural colaborativo em maio desse ano. O objetivo foi construir um plano de gestão comunitário da comunidade. Agora está em processo a discussão do manejo dos recursos naturais disponíveis, potencialidades e fragilidades, ações prioritárias e planejamento comunitário em curto, médio e longo prazo. Os participantes consideraram importante fazer o mapeamento para saber quais são as suas potencialidades e evitarem erros como os investimentos já perdidos. Segundo o site do ICV,

Todas as atividades na região da Bacia do Alto Paraguai fazem parte do Projeto Conservação das cabeceiras do Paraguai, desenvolvido pelo ICV com apoio da Ecosystem Alliance. As atividades preveem a melhoria dos sistemas produtivos da agricultura familiar através de cursos de capacitação e elaboração de estudos que

subsidiem a recuperação das APPs, o fomento das boas práticas agropecuárias e a valorização das atividades sustentáveis. (INSTITUTO CENTRO DE VIDA, 2012)

Durante a oficina os agricultores fizeram um exercício para listar o que gera renda nas atividades já desenvolvidas, como por exemplo: apicultura, piscicultura, gado de leite e corte, coleta de sementes, artesanato e polpa de frutas. Nesse processo que coincidiu com a pesquisa desenvolvida por mim, as pessoas têm feito a avaliação do que consideram fundamental manter para continuar sendo uma comunidade. Uma das soluções apontadas é o ecoturismo que, na visão dos moradores, permite a geração de renda associada à conservação do modo de vida da comunidade.

Luiz e Maria são um casal que traz perguntas e respostas importantes para o futuro da Peraputanga. Ele é filho de Antu e neto de Euzébio. Ela é mineira, de uma família que chegou mais recentemente em Mato Grosso, mas nascida numa comunidade parecida com a Peraputanga. Luiz fez o curso de técnico agrícola no final dos anos de 1980. O aprendizado no curso e o envolvimento na Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Peraputanga permitiu um olhar diferente de Luiz sobre as questões agrárias. Luiz é um crítico sempre vigilante do latifúndio e da forma de produção no agronegócio. Não há uma refeição em que ele não fale mal do açúcar e dos agrotóxicos.

Maria faz parte do Banco de Informações sobre Sementes, estimulado pelo Grupo de Intercâmbio da Agricultura Sustentável. O banco reúne dados sobre sementes crioulas e da vegetação nativa. Diferente de um banco de sementes, onde elas são guardadas num espaço físico, o banco de informações registra os guardadores de sementes de várias comunidades. É o que o mercado de trabalho e os profissionais de recursos humanos chamam de *social network*. Maria é uma das cordas da rede que têm guardado sementes nativas e as informações sobre elas.

Através do ICV, Maria busca formação para a produção de artesanato a partir de sementes nativas para as mulheres da comunidade. Para o casal as técnicas agroecológicas aprendidas em intercâmbios são uma possibilidade saudável e viável para as famílias da localidade. Durante a entrevista com Renato Macedo, de 71 anos, havia uma armação de bambu parecida com um cesto, cheia de folhas, em torno de uma árvore. Perguntado pelo motivo da estrutura ele respondeu que as folhas caídas no pátio são varridas e apanhadas para serem colocadas ali. “Antigamente a gente queimava as folhas, mas desde que o pessoal do ICV mostrou que era pior pra gente, isso aqui mudou muito. Não se vê mais ninguém queimando mato à toa”. Renato ainda mostrou a vantagem de recolher as folhas no pé da árvore: “ainda serve de adubo natural, né?”.

A área onde ficam as casas tem gramado por quase todo lugar. Luiz diz que bastam os cavalos soltos para manter o pasto baixo. “Se souber usar a natureza a gente não gasta tanto, não

precisa aparar a grama”. Na entrada da residência do casal Antu e Tututa lê-se a placa “lugar de lixo é no lixo”. Maria conta que já tiveram o pátio sujo de pedaços de plástico, mas hoje todos sabem o que fazer com o lixo. A placa foi feita por ela.

A caça já foi parte importante da alimentação da comunidade. Os mais velhos contam orgulhosos sobre caçadas e o conhecimento que possuem do hábito de cada animal. “Agora muito raramente alguém caça uma paca. Anta tem bastante, mas a gente não mata. E o veado mateiro ou o campeiro esse não pode matar mais de jeito nenhum, tem muito pouco”, conta Tide. O manejo da caça surgiu da própria comunidade, escolher os animais que podem ou não serem abatidos foi um processo discutido aos poucos entre os caçadores. Depois, os conceitos de conservação vindos de fora só deram certeza à decisão já tomada. Todos os dias é possível ver João Bocage administrando porções de sorgo ou milho para cotias, nhambus, mutuns, macacos que vêm até a sua casa comer. A relação com os animais nativos é de cuidado, atualmente.

Plínia Macedo, uma das filhas de Euzébio, é casada com o paulista João Batista. O casal já morou em Diamantino, onde Plínia era professora, mas está de volta à comunidade desde que ela se aposentou. Há cerca de cinco anos João se desentendeu com Renato. As famílias administravam a farinha de forma coletiva. O negócio era lucrativo e a farinha de mandioca com a marca Peraputanga tinha muita saída. “Não se encontra farinha boa como a daqui”, diz João Batista. Desde o desentendimento ele não tem feito parte dos trabalhos coletivos, apesar de manter relações amistosas com todo o grupo.

João é funcionário público, motorista do ônibus escolar da secretaria de educação municipal. A ele cabia também o transporte da farinha, no caminhão da associação, até os compradores. Renato também queria essa função, questionou João Batista e os cuidados na manutenção do caminhão. Ofendido, João recusou-se a continuar a tarefa. O desentendimento causou desconforto em toda a comunidade e evidenciou uma divergência no projeto de comunidade pretendida.

João aguarda a consolidação do assentamento e o título de propriedade para realizar negócios em condição de independência da associação e da comunidade. “Quero pegar um empréstimo no banco e plantar um bananal numa área que já tenho aberta no meu lote, fazer negócio é mais complicado no coletivo. Quando é na camaradagem tudo bem, mas com dinheiro é mais fácil fazer sozinho”. O título de propriedade transformará cada lote do assentamento em uma propriedade juridicamente independente. Mesmo que a intenção agora seja de retornar aos trabalhos coletivos, reanimar os mutirões existe a tendência de acentuação das transformações iniciadas com a implantação das cercas.

Uma pista do que pode acontecer com a Peraputanga foi dada por Aristides Filho, filho de Tide e Toco, neto de Euzébio e Romana. Ele cresceu na comunidade, aprendeu cedo a montar, a gostar de cavalos e a lida com o gado. Adolescente, foi trabalhar num haras onde aprendeu outras

técnicas menos rústicas. Vendo o empenho do funcionário, seu chefe o enviou a São Paulo, onde fez o curso de adestramento de cavalos e com o conhecimento adquirido, demonstrou conhecer a técnica aplicando-a bem ao trabalho. Por isso fez um novo curso, dessa vez no estado do Rio de Janeiro. Aristides Filho aprendeu sobre administração de propriedades rurais e operação de colheitadeiras de grãos. Mesmo com seu interesse e domínio da técnica de adestramento de cavalos não é com animais que ele trabalha no momento. Na ocasião da visita, Aristides Filho estava descansando com a família depois de uma semana inteira operando máquinas na colheita do milho. Seus planos são retornar a morar na Peraputanga, montar uma pousada e desenvolver algo próximo do turismo rural e do ecoturismo.

Luiz, Maria e Aristides Filho são da geração mais jovem com poder de decisão na comunidade. Os moradores de hoje já estabeleceram condições de desenvolvimento para a Peraputanga que incluem a proteção da mata, dos animais e da boa convivência entre os habitantes. Mas há inúmeras influências que interferem no modo de vida da comunidade, algumas pequenas e invisíveis, outras tão difíceis de ignorar quando as cercas e suas consequências.

Lista de entrevistados:

BARBOSA, Silval da Cunha. Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva e à imprensa presente no Congresso Brasileiro de Soja. Cuiabá, Mato Grosso. 11 de junho de 2012.

MACEDO, Luiz . Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva e José Carlos Leite. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, Euzébio (Zebinho). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva e José Carlos Leite. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, Plínia. Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, Aristides (Tide). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, Maria Augusta (Tututa). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, Antônio (Antu). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 07 de julho de 2012.

MACEDO, João (João Bocage). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 08 de julho de 2012.

MACEDO, Renato. Entrevista concedida a Augusto César Pereira da Silva e José Carlos Leite. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 08 de julho de 2012.

MACEDO FILHO, Aristides (Aristides Filho). Entrevista concedida a Augusto César Pereira da

Silva e José Carlos Leite. Assentamento Peraputanga, Diamantino, Mato Grosso. 08 de julho de 2012.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Domínios morfoclimáticos atuais e quaternários na região dos cerrados.** Craton & Intracraton escritos e documentos nº 14: 1-39, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 1981.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Amazônia:** a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição Somanlu, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004

ANDRADE, Daniela. **Pobreza rural e conservação da Mata Atlântica no processo de transformação do sistema de produção agrícola caboclo: história agrária do município de Iguape, 206.p. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, 2003.**

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROZO, J. C. 2007. **Em busca da pedra que brilha como estrela:** garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai Diamantino. Cuiabá- MT: Calini & Caniato, EdUFMT.

BOSERUP, Esther. **Evolução agrária e pressão demográfica.** Editora Hucitec: São Paulo, 1988.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964.

FERREIRA, Mário Clemente **A disputa ibérica pelo domínio do rio Paraguai na segunda metade do século XVIII e a sua representação cartográfica.** Centro de História de Além-Mar - Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010** – Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 junho 2012.

LAMERA, Janice Alves; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. **Os assentamentos rurais em Mato Grosso,** Cuiabá: EdUFMT, 2008.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso:** política e mecanismos de burla: 1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas/ EdUFMT, 2007.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Mulheres, homens e heróis.** Dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

PADILHA JÚNIOR, João Batista. **O Impacto da Reserva Legal Florestal sobre a Agropecuária Paranaense, em um Ambiente de Risco.** 181 f Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Ciências Florestais, na Área de Concentração Economia e Política Florestal, do Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: Von Simson, Olga de M. (Org.). **Experimentos com histórias de vida.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Boaventura de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes, **Revista Crítica das Ciências Sociais**, 78 f, 3-46. 2007.

SILVA, Carolina Joana da, e Joana A. Fernandes Silva. **No ritmo das águas do Pantanal**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, 1995.